

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

EMPRESA MINEIRA DE COMUNICAÇÃO - EMC



REDE MINAS

ABRIL DE 2021

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA EMC

Sérgio Rodrigo Reis
Presidente

Kátia Marília Silveira Carneiro
Diretora Geral

Eduardo Cesar Silva Gomes
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças

Marisa Leite Guimarães
Diretora de Conteúdo e Programação

Edson Siquara de Souza
Diretor de Tecnologia e Políticas de Telecomunicações

Mônica Trigo Ribeiro
Diretora de Promoção e Desenvolvimento do Audiovisual

Fábio Caldeira de Castro Silva
Diretor de Captação, Projetos e Parcerias

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EMC

Lina Patrícia Rocha Laredo
Conselheira Representante dos Empregados da Empresa Mineira de Comunicação

Maristela Rangel Pinto
Conselheira Representante do Cotista Majoritário
(Governo de Estado de Minas Gerais)

In memoriam

Euler Marques Andrade Filho

CARTA DA DIRETORIA EXECUTIVA

O ano de 2020, mesmo em um contexto atribulado e de incertezas mundial, mostrou-se um período de bons resultados para a Empresa Mineira de Comunicação. Conseguimos conquistar a aprovação, pelo Conselho de Administração, do Regimento Interno e adaptação de seu organograma institucional, trazendo para a estruturação dorsal da instituição as políticas para desenvolvimento do setor audiovisual no Estado de Minas Gerais.

Por meio da publicação de sete editais específicos a partir da Lei Aldir Blanc, conseguimos ofertar para o setor produtivo do audiovisual uma alternativa de auxílio, visto as limitações que a pandemia do novo coronavírus impôs para execução de inúmeras atividades para a produção de conteúdo audiovisual.

Além disso, por meio da emissora Rede Minas de Televisão, apoiamos a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais na execução do Plano de Estudos Tutorados. Para isso, disponibilizamos durante os meses de abril a dezembro de 2020, 05 horas diárias de segunda a sexta-feira na grade de programação para a exibição das teleaulas e do programa “Se Liga na Educação”. Com isso, conseguimos beneficiar mais de 2 milhões de estudantes mineiros.

Também temos promovido ações de fortalecimento de nossa governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas ao nosso negócio e em conformidade com as exigências dos novos regramentos adotados pela Lei Federal nº13.303/2016, que nos tornam aptos a alcançar patamares diferenciados no mercado.

Essas e outras iniciativas retratam uma evolução e contribuem para a perenidade da nossa organização. Como veremos aqui, acreditamos que estamos no caminho certo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA IMPLEMENTADOS.....	7
DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS E ANÁLISE DE DESEMPENHO	9
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	13
REMUNERAÇÃO	14
CONCLUSÃO.....	16

INTRODUÇÃO

A Carta Anual de Governança Corporativa objetiva consolidar, neste documento escrito, numa linguagem clara e direta, as informações relevantes e tempestivas sobre as atividades desenvolvidas, dados econômico-financeiros, análises dos administradores sobre desempenho, políticas e práticas de governança corporativa, bem como a descrição da composição e da remuneração da administração.

BREVE HISTÓRICO EMC:

A Empresa Mineira de Comunicação Ltda – EMC é uma empresa pública estadual, constituída sob a forma de sociedade limitada, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. É regida pela Lei nº 7.219, de 25 de abril de 1978, pela Lei nº 22.294, de 20 de setembro de 2016 e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial pelas regras aplicáveis às sociedades limitadas previstas na Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e por seu estatuto social, Decreto Estadual nº 47.750, de 12 de novembro de 2019.

Apesar da Lei Estadual nº 22.294 que viabilizou sua consecução ser do exercício de 2016, ela começou a ser efetivamente implementada com o Registro do seu Estatuto Social na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, somente, em 2019.

Porém cabe lembrar que a EMC será somente efetivada do ponto de vista administrativo com a conclusão do processo de transferência da outorga de TV Educativa da TV MINAS para EMC, processo esse de competência do Ministério de Comunicações do Governo Federal.

Existem em tramitação junto ao Ministério de Comunicações do Governo Federal dois processos referentes às outorgas da Fundação TV Minas, processo SEI nº 53900.039539/2016-47, referente à renovação da outorga (em andamento), e o processo SEI nº 53900.044110/2016-71, referente a transferência de outorga.

Atualmente, a EMC é responsável pela administração das marcas: Rádio Inconfidência, Brasileiríssima FM, Rede Minas de Televisão e gestão administrativa da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, que possui personalidade jurídica própria e patrimônio próprio e do antigo Departamento de Telecomunicações, autarquia extinta e incorporada as competências legais do estatuto da Fundação TV Minas Cultural e Educativa até o fim do processo de transferência de outorgas de radiodifusão sonora e de sons e imagens, pela Lei Estadual nº 23.307/2019. Essas últimas instituições ainda com execução de orçamentos próprios e independentes e com instâncias de controle e validação administrativa realizadas de maneira individualizada.

Em 2020, porém, diversas medidas foram adotadas com intuito de dar continuidade na unificação da Fundação TV Minas Cultural e Educativa à Empresa Mineira de Comunicação, iniciados em 2019. Dentre os atos normativos realizados estão:

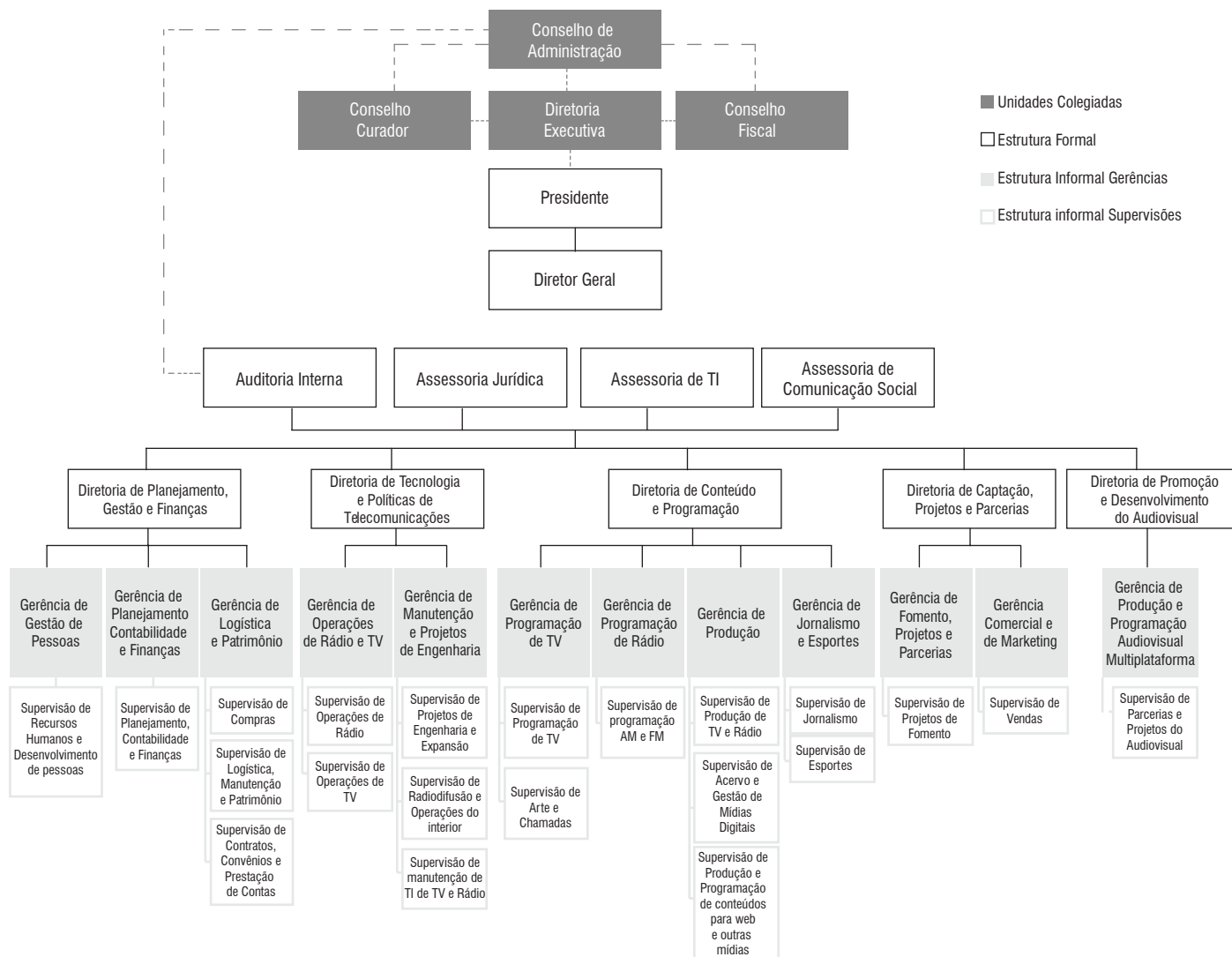
- . Publicação dos nomes dos membros do Conselho de Administração da EMC;
- . Publicação do Regimento Interno da Empresa Mineira de Comunicação e de seu Organograma de estrutura formal;

- . Publicação que traz a criação de novas diretorias, em especial a de Promoção e Desenvolvimento do Audiovisual;
- . Publicação Portaria Conjunta que dispõe sobre delegação de competências, ordenação de despesas e atribuições de funções no âmbito da Empresa Mineira de Comunicação – EMC e Fundação TV Minas Cultural e Educativa – Rede Minas que possibilitou ainda a unificação das diretorias de ambas as instituições na busca pela unicidade de discurso e posicionamento institucional.

Assim, ficou evidente que no ano de 2020, muitas questões foram solucionadas juridicamente e fisicamente, mas algumas não dependem exclusivamente da gestão, tais como: a diferença entre o regime jurídico dos servidores e empregados públicos, o Plano de Cargos e Salários para a EMC, cuja proposta foi finalizada e encaminhada para a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais para análise, bem como a cessão dos servidores da Fundação TV Minas para a nova Empresa Estatal, sem perda salarial, uma vez que a lei prevê que os cargos de provimento em comissão e funções retornem a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, quando da extinção da Fundação.

Como era de se esperar, todo o processo não foi simples e trouxe alguns obstáculos que precisam ainda ser contornados. Essas formas diferentes de se fazer teoricamente a mesma coisa precisam ser conjugadas corretamente. Isso porque não é relevante eliminar todos os processos de uma empresa em detrimento da outra. Mas, um passo já foi dado: a busca para a convergência de cultura.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA IMPLEMENTADOS

No ano de 2020, foi iniciado o processo de construção de um planejamento estratégico para a nova empresa, fruto de um acordo de cooperação técnica com a Fundação João Pinheiro, que busca estabelecer uma nova visão, missão e objetivos institucionais que orientem um caminho para todos dentro da nova empresa.

Para propor um alinhamento das atividades técnicas e das atividades da área finalística da EMC, foi publicada a portaria conjunta EMC e FTVM N°01, DE 31 DE JANEIRO DE 2020, que visa a formação de grupos de trabalho multidisciplinares. Esses grupos funcionam como um projeto-piloto para verificação de atividades que já podem ser unificadas, sem gerar sobrecarga de trabalho aos colaboradores e potencializar a prestação de serviço de Comunicação Pública. Como exemplo: o intercâmbio de fontes/entrevistados e apuração de informações jornalísticas. Tal ação foi consolidada por meio de Publicação da Portaria Conjunta EMC E FTVM nº 03, de 02 de setembro de 2020, que dispõe sobre delegação de competências, ordenação de despesas e atribuições de funções no âmbito da Empresa Mineira de Comunicação – EMC e Fundação TV Minas Cultural e Educativa – Rede Minas e dá outras providências.

Nesse sentido, a Comissão de Ética foi estruturada nessa ação, visto que a empresa Rádio Inconfidência LTDA não existe desde 2019 sendo substituída pela Empresa Mineira de Comunicação LTDA, atendendo as necessidades dos antigos empregados públicos lotados na Rádio Inconfidência LTDA; bem como dos servidores da Fundação TV Minas Cultural e Educativa.

Além disso, em 2020 foi possível a unificação da gestão de compras da EMC e Fundação TV Minas, com otimização de gastos, economia em escala de 10% dos contratos de prestação de serviços de natureza comum de ambas as instituições, bem como a criação da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da EMC e a publicação do Programa de Demissão Voluntária como oportunidade de desligamento de colaboradores da EMC perto da aposentadoria, já aposentados e de áreas passíveis de terceirizações.

DOCUMENTOS

INSTÂNCIA APROVADORA

Regimento Interno

Diretoria Executiva
e Conselho de
Administração

Regulamentação de metodologia para os cálculos dos Termos de Permissão Remunerada de Uso para a Fundação TV Minas

Diretoria Executiva

Normatização para parcelamento de dívida não tributária aos inadimplentes da Fundação TV Minas

Diretoria Executiva

Criação da Comissão de Ética integrada EMC e Fundação TV Minas

Diretoria Executiva

Criação de equipe multidisciplinar entre EMC e Fundação TV Minas para desenvolvimento do Plano de Integridade EMC.

Diretoria Executiva

DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS E ANÁLISE DE DESEMPENHO:

A EMC presta serviços de comunicação pública e telecomunicações. Em linhas gerais, isto pode resultar em ganhos na comercialização de espaços de mídia, locação de equipamentos e espaços de infraestrutura de distribuição de sinal de telecomunicação. Além disso, oferta o licenciamento de material audiovisual e arrecada receita por meio de patrocínios e apoio cultural em programas e em sua grade de programação radiofônica e televisiva.

Cumpre, porém, salientar, que devido o contexto ainda de fusão das instituições Fundação TV Minas Cultural e Educativa e Rádio Inconfidência LTDA para a recente estruturação da instituição, apenas a execução de despesas e demonstrativos contábeis da antiga Rádio Inconfidência LTDA entram na apuração final de prestação de contas junto ao Tribunal Contas do Estado de Minas Gerais, mas para efeitos de entrega de resultados para o cidadão, será exposto somente a exercício de resultados da EMC em 2020.

A EMC recebe repasses mensais de subvenção estatal, tendo dependência do Tesouro Estadual de Minas Gerais em torno de 90%. Os repasses financeiros realizados mensalmente são usados para quitação de despesas de folha de pessoal, custeio e aquisição de itens de capital.

Sendo assim, a Empresa Mineira de Comunicação atendeu os créditos orçamentários conforme Lei Orçamentária anual nº 23.579, de 15 de janeiro de 2020. As execuções orçamentárias foram reguladas pelos Decretos de execução orçamentária nº 47.865/2020 e nº 47.904/2020.

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2020					
AÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	CRÉDITO INICIAL	CRÉDITO APROVADO	REPROGRAMAÇÃO
DESPESAS CORRENTES					
4293	GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E OPERAÇÃO DE RÁDIO	10	1.423.540	1.423.540	1.423.540
4293	GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E OPERAÇÃO DE RÁDIO	60	374.000	506.391	374.000
4294	PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E JORNALÍSTICA	10	994.944	994.944	994.944
4294	PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E JORNALÍSTICA	60	226.000	226.000	226.000
7500	ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	10	513.343	1.233.343	1.233.343
CORTE ORÇAMENTÁRIO					978.315
TOTAL FONTE 10			2.931.827	3.651.827	2.673.512
TOTAL FONTE 60			600.000	732.391	600.000
DESPESAS DE PESSOAL					
4293	GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E OPERAÇÃO DE RÁDIO	10	2.003.979	2.003.979	
4294	PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E JORNALÍSTICA	10	3.235.742	3.235.742	
7500	ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	10	1.847.248	1.847.248	
TOTAL FONTE 10			7.086.969	7.086.969	

REFERÊNCIAS:

FONTE 10: RECURSO DO TESOIRO

FONTE 60: ARRECADAÇÃO PRÓPRIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CRÉDITO INICIAL: VALORES APROVADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LEI N. 23.579/2020).

CRÉDITO APROVADO: VALORES ESTABELECIDOS NO DECRETO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA N. 47.865/2020.

REPROGRAMAÇÃO: VALORES APÓS CONTINGENCIAMENTO DEVIDO AO COVID-19 - DECRETO 47.904/2020.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA:

EMPRESA MINEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA DIÁRIO GERAL No. 058 31/12/2020

CNPJ: 20.234.423/0001-83

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Comparativo com o levantamento em 31 de Dezembro de 2019)

	2019	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Serviços Prestados	695.233,48	465.849,57
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-) Cancelamento	0	0
(-) Impostos Incidentes	-25.376,14	-17.003,50
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	669.857,34	448.846,07
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-7.336.573,86	-7.627.504,52
(-) Custo com Pessoal	-5.995.439,18	-6.528.603,90
(-) Custo com Material	-14.921,70	-17.307,60
(-) Custo com Serviços e Outros	-778.719,32	-740.951,42
(-) Custo de Impostos Contribuições Taxa	-5.819,03	-5.621,92
(-) Custos Financeiros	-28.856,82	-67.104,50
(-) Custo de Depreciação e Amortização	-482.061,63	-267.915,18
(-) Outros Custos Operacionais	-30.756,18	0,00
LUCRO BRUTO	-6.641.340,38	-7.161.654,95
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	-4.871.712,68	-2.635.898,39
(-) Despesas com Pessoal	-2.806.414,99	-1.852.988,54
(-) Despesas com Material	-9.230,68	-14.782,31
(-) Despesas com Serviços e Outros	-713.979,05	-290.863,12
(-) Despesas com Impostos Contribuições Taxa	-800.552,01	-20.114,43
(-) Depreciação e Amortização	-253.753,02	-434.682,37
(-) Despesas Financeiras	-30.950,65	-22.467,62
(-) Despesas e Contingências	-256.832,28	0,00
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	11.456.244,25	9.739.087,77
Receitas Financeiras	16.713,20	22.257,87
Subvenções Econômicas	11.438.411,94	9.716.829,90
Receita de Patrocínio - Lei Incentivo a Cultura	0	0
Outras Receitas Operacionais	1.119,11	0,00
(-) Outras Despesas Operacionais	0	0
LUCRO OPERACIONAL	-56.808,81	-58.465,57
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E DA CSLL	-56.808,81	-58.465,57
Antecipações Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	0	0
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-56.808,81	-58.465,57

EMPRESA MINEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA DIÁRIO GERAL No. 058 31/12/2020
CNPJ: 20.234.423/0001-83

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Comparativo com o levantamento em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro 2019)

ATIVO	2018	2019	2020
CIRCULANTE			
Caixa	185,68	74,95	30,31
Bancos	51.315,03	43.699,21	48.303,88
Aplicações Financeiras	291.463,91	949.393,24	102.271,80
Clientes	485.606,73	458.622,00	369.643,93
Subvenção a receber - Pessoal	0,00	0,00	577.094,16
Adiantamento a Funcionários	1.497,51	-28,41	-1.944,30
Adiantamento a Fornecedores	9.930,01	650,27	675,62
Adiantamento de Viagem	3.339,40	3.054,30	3.054,30
Impostos a Recuperar	221.951,80	224.803,67	227.619,79
Almoxarifado	17.275,47	8.170,30	4.426,94
Despesas Antecipadas	72.191,03	67.986,78	74.930,01
	1.154.756,57	1.756.426,31	1.406.106,44
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos judiciais	374.044,65	393.701,67	558.873,49
Impostos a Restituir	0	83.494,29	83.494,29
	374.044,65	477.195,96	642.367,78
PERMANENTE			
Outras Participações Societárias	1.954,47	1.954,47	1.954,47
Imobilizado	53.382.796,79	53.369.337,20	53.369.336,70
Depreciação Acumulada	-8.301.029,60	-8.996.417,20	-9.678.670,70
Software	344.395,90	344.395,90	344.395,90
Concessões	1.167,26	1.167,26	1.167,26
Amortização Acumulada	-279.544,80	-306.512,64	-326.856,73
	45.149.740,02	44.413.924,99	43.711.326,90
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Bens em Comodato	19.451,83	18.475,94	2.205,14
	19.451,83	18.475,94	2.205,14
TOTAL DO ATIVO	46.697.993,07	46.666.023,20	45.762.006,26

PASSIVO CIRCULANTE	2018	2019	2020
Fornecedores	658.592,58	132.060,33	43.410,69
Impostos, Contrib. Taxas a Recolher	97.679,13	91.006,71	101.139,88
Salários e Cont. Prev. a pagar	599.237,17	559.409,13	541.406,10
Parcelamento de Tributos - Refis	138.305,11	614.960,03	699.931,01
Outras Obrigações	1.817.896,14	1.956.575,60	1.604.073,00
Provisões	<u>1.312.567,85</u>	<u>1.611.286,18</u>	<u>1.930.959,15</u>
	4.624.277,98	4.965.297,98	4.920.919,83
PASSIVO NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Parcelamento de Tributos	3.332.623,25	2.740.476,75	1.955.574,80
IR e CSLL Diferido	281.209,19	301.318,60	301.318,60
Provisão para Contingências	<u>2.393.673,37</u>	<u>2.650.505,65</u>	<u>2.650.505,65</u>
	6.007.505,81	5.692.301,00	4.907.399,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CAPITAL SOCIAL			
Capital Social	9.124.916,25	9.124.916,25	9.124.916,25
RESERVAS			
Correção Monetária do Capital Realizo	1.171.378,76	1.171.379,46	1.171.379,46
Reserva p/ Aumento de Capital	0,70	0,70	0,70
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS			
Lucro/Prejuízo Acumulado	-13.420.286,00	-13.477.095,00	-13.535.562,17
Ajuste de Avaliação Patrimonial	39.170.748,00	39.170.748,00	39.170.748,00
Prejuízo do Exercício	<u>-1.328.372,14</u>	<u>-56.808,81</u>	<u>-58.465,58</u>
	36.046.757,71	35.989.949,41	35.931.482,24
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Bens em Comodato	<u>19.451,83</u>	<u>18.475,94</u>	<u>2.205,14</u>
	19.451,83	18.475,94	2.205,14
TOTAL DO PASSIVO	46.697.993,33	46.666.024,33	45.762.006,26

IMOBILIZADO			
Descrição do bem	Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido
Aparelhagem e Acessórios	1.588.227,24	1.327.625,90	260.601,34
Aparelhagem Telefônica	4.512,97	3.668,49	844,48
Ferramentas	59.821,16	59.763,16	58,00
Máquinas e Equipamentos	1.720.197,23	1.625.319,70	94.877,53
Transmissores	3.629.248,45	3.584.632,20	44.616,25
Radiais	63.460,69	63.460,69	0,00
Benfeitorias Prop. Terceiros	513.259,95	386.003,08	127.256,87
Discos / CD's / Fitas	1.099,60	1.099,60	0,00
Divisórias	176.784,55	71.856,65	104.927,90
Equipamentos de Informática	1.308.049,18	1.127.903,80	180.145,38
Instalações Prop. Terceiros	223.969,34	110.054,99	113.914,35
Instalações – CTAM	197.986,96	197.986,96	0,00
Instalações – CTFM	78.341,30	46.189,02	32.152,28
Licença de Uso	1.167,26	0,00	1.167,26
Linhas Telefônicas	2.814,72	0	2.814,72
Móveis e Utensílios	601.102,39	362.343,08	238.759,31
Eletrodomésticos	33.562,61	19.856,12	13.706,49
Prédio Ceasa	335.593,21	273.996,97	61.596,24
Prédio Gameleira	481.676,86	252.833,12	228.843,74
Prédio Serra do Curral	171.003,35	129.830,52	41.172,83
Construções CTAM	63.292,50	34.246,40	29.046,10
Softwares	344.395,90	326.856,73	17.539,17
Terreno Ceasa	3.357.074,09	0	3.357.074,09
Terreno Gameleira	38.118.232,17	0	38.118.232,17
Terreno Serra do Curral	640.027,12	0	640.027,12
TOTAL	53.714.900,80	10.005.527,18	43.709.373,62

ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

A EMC em cumprimento à Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto Estadual nº 47.105, de 16 de dezembro de 2016 e ao Decreto Estadual nº 47.154, de 20 de fevereiro de 2017, está desenvolvendo uma estrutura de controle interno, capaz de atender não só às exigências da legislação, como também às melhores práticas de mercado que envolvem a área. Sua gestão de transparência e adequação à legislação vigente atende todos os requisitos acima mencionados e utiliza ainda a normativa proposta pela Controladoria Geral do Estado.

A EMC com a publicação do seu Estatuto Social, por meio do Decreto Estadual nº 47.750/2019, estabelece que os cargos de administração superior e integrantes dos conselhos administrativos, curador e fiscal não apresentem conflito de interesses com o Estado ou com a instituição. Além disso, a partir da posse do Conselho de Administração da empresa, o Regimento Interno foi publicado e com ele é possível monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesses entre membros da Alta Administração e suas áreas de atuações. Paralelamente foi estabelecida uma Comissão de Ética em instância consultiva para questões sobre conflito de interesses e agir ético. Ela tem atuado com foco na prevenção, por meio de ações de disseminação de conhecimentos, de elaboração e de proposição de normativos internos.

Outro avanço foi a implantação de reuniões periódicas deliberativas de diretrizes da Diretoria Executiva. Semanalmente todos os diretores apresentam o andamento da aplicação das ações mensais com mensuração de resultados, possíveis conflitos de interesses e deliberações sobre posicionamento institucional.

Em breve será desenvolvida a Política de Gestão de Riscos, na qual se pressupõe como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso Plano Estratégico, com a gestão integrada de riscos e com a orientação de ações de resposta a risco voltadas para a agregação ou a preservação da continuidade dos negócios.

REMUNERAÇÃO

Atendendo a Lei 13.303/2016, a EMC elaborou e aprovou o seu Estatuto Social. Nele está prevista a formação da alta administração da instituição.

O Conselho de Administração será composto de cinco membros: I – Um representante indicado pelo cotista minoritário; II – Um representante indicado pelos empregados da EMC; III – três indicados pelo cotista majoritário.

O Conselho Fiscal será composto por três membros titulares e respectivos suplentes, designados pelo Governador, sendo um, obrigatoriamente, servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.

A remuneração dos membros dos Conselhos será estabelecida em instrumento próprio, pelo Governo de Minas Gerais, devendo ser corrigida anualmente, mediante solicitação formulada pelo Conselho de Administração, com autorização do Comitê de Orçamento e Finanças – COFIN. Cumpre esclarecer que há vedações, são elas: o pagamento aos membros do Conselho de Administração, de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Empresa; a participação remunerada de membros da Administração Pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) Conselhos, de Administração ou Fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias.

A Diretoria Executiva é composta por um presidente e seis diretores, sendo um Diretor-Geral, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelos cotistas, com mandato unificado de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Os Conselhos de Administração, Fiscal, Curador e a Diretoria Executiva exercem a gestão colegiada da Empresa. A remuneração da Diretoria Executiva é definida pelo Governo de Minas Gerais e deverá ser descrita no novo Plano de Cargos Salários e Carreiras da EMC.

Atualmente a tabela de remuneração aprovada pelo Comitê de Orçamento e Finanças do Estado de Minas Gerais, no fim do exercício de 2019, e hoje praticada teve como cálculo o valor de remuneração proporcional aplicado aos cargos em empresas públicas de mesma natureza jurídica.

Na remuneração foi realizada reajuste em percentual de valores a partir dos índices acumulados pelo INPC de fev/2012 a dez/2019, tendo como base os salários dos cargos de mesma natureza na estrutura organizacional da antiga Rádio Inconfidência LTDA. Assim, temos:

Nomenclatura	Estrutura	Tipo	Quantitativo	Remuneração Mensal Individual Bruta	Gasto Total Anual com Encargos
Conselheiro de Administração	Formal	Eletivo	5	R\$ 1.300,00 (por reunião)	46.995,00
Conselheiro Fiscal Titular	Formal	Eletivo	3	R\$ 1.100,00 (por reunião)	15.906,00
Conselheiro Fiscal Suplente	Formal	Eletivo	3	R\$ 0,00	
Conselheiro Curador	Formal	Eletivo	5	R\$ 0,00	
Presidente	Formal	Eletivo	1	R\$ 13.949,70	247.312,84
Diretor Geral	Formal	Eletivo	1	R\$ 12.399,73	219.833,57
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças	Formal	Eletivo	1	R\$ 11.000,00	195.017,90
Diretor de Conteúdo e Programação	Formal	Eletivo	1	R\$ 11.000,00	195.017,90
Diretor de Tecnologia e Políticas de Telecomunicações	Formal	Eletivo	1	R\$ 11.000,00	195.017,90
Diretor de Captação, Projetos e Parcerias	Formal	Eletivo	1	R\$ 11.000,00	195.017,90
Diretor de Promoção e Desenvolvimento do Audiovisual	Formal	Eletivo	1	R\$ 11.000,00	195.017,90

CONCLUSÃO

Diante todo o cenário exposto, reiteramos que a Empresa Mineira de Comunicação é o resultado da busca de uma comunicação pública de qualidade pelo Governo de Minas Gerais.

Sendo assim, ressaltamos nosso compromisso contínuo na efetiva consolidação dos anseios da sociedade, não medindo esforços, em conjunto com as demais instâncias governamentais para desenvolver os meios necessários ao cumprimento da lei que incorpora as atividades desenvolvidas pela Fundação TV Minas à EMC.

EMPRESA MINEIRA DE COMUNICAÇÃO - EMC



REDE MINAS

RUA TENENTE BRITO MELO, 1090, BARRO PRETO
BELO HORIZONTE - MG | CEP: 30180-074